



CONSELHO GERAL

ATA N.º 3/2012

Reunião Ordinária do Conselho Geral

_____ No dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, pelas onze horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda: _

- _____ 1. Votação da ata da reunião de 30 de março de 2012; _____
- _____ 2. Informações a prestar pela Reitoria e debate em torno da situação anómala relativa à não apresentação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2011; _____
- _____ 3. Apreciação e votação da revisão orçamental de 2012 complementada por uma perspetiva orçamental elaborada a prazo de 4 anos; _____
- _____ 4. Análise, discussão e votação de uma Proposta apresentada pelo Conselheiro Professor Tomaz Dentinho (Proposta n.º 1); _____
- _____ 5. Proposta do Conselheiro Professor Alfredo Borba, visando a apresentação de uma orientação de estratégia e de um Plano de Ação imediata por parte da Reitoria (Proposta n.º 2); _____
- _____ 6. Esclarecimentos da Reitoria sobre as dúvidas e comentários que a mensagem do Conselheiro Professor Mário Fortuna, em anexo, suscita (Proposta n.º 3); _____
- _____ 7. Proposta de Resolução do Conselho Geral para a implementação de normas financeiras nos termos da alínea j), do n.º 1 do Art.º 39º dos Estatutos (Proposta n.º 4); _
- _____ 8. Esclarecimentos da Reitoria sobre a execução do programa Proconvergência, no que respeita à obra do *campus* de Angra, e respetivo plano de pagamentos, conforme solicitação do conselheiro Professor Alfredo Borba; _____
- _____ 9. Alteração do montante das propinas para o ano letivo 2012/13. Análise dos documentos produzidos pelo Conselho de Gestão e a definição de uma posição do Conselho Geral sobre os mesmos. _____
- _____ 10. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. _____

_____ Estiveram presentes os seguintes membros: _____

_____ Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba; _____

_____ Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral; _____

_____ Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela; _____

_____ Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha; _____

_____ Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz; _____

_____ Doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata; _____

_____ Doutor Mário José Amaral Fortuna; _____

_____ Estudante Jorge Miguel Braga Ferreira; _____

_____ Estudante Luís Paulo Ramos Freitas; _____

_____ Dr. Delmar António de Sousa Bizarro; _____

_____ Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral. _____



_____Estiveram igualmente presentes o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores._____

_____Não estiveram presentes o doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, e os Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e Mário António da Mota Mesquita, tendo qualquer um deles justificado a sua ausência antecipadamente._____

_____Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, dando a conhecer ao Conselho uma petição com cerca de seiscentas assinaturas, entregue pelo conselheiro Luis Freitas, para ser tida em conta aquando da discussão do ponto 9. da agenda._____

_____1. Não havendo propostas de alteração, a ata da reunião de trinta de março de dois mil e doze foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com nove votos a favor e duas abstenções. Nesta votação não está incluído o voto da doutora Gilberta Rocha._____

_____2. O Vice-reitor explicou as razões que levaram a Reitoria a não apresentar o Relatório e Contas de dois mil e onze, dizendo que teve uma reunião com o Fiscal Único e com o senhor Administrador, no sentido de averiguar a possibilidade de se entregar a documentação a tempo de ser discutida na reunião, ao que o Fiscal Único informou não ser possível fazer a certificação das contas, na medida em que estavam a realizar um conjunto de trabalhos, sem os quais tal não era possível. Perante a impossibilidade de entrega do Relatório e Contas, o Fiscal Único recomendou que se pedisse um adiamento para a entrega da documentação, o que permitiria que todos os documentos fossem analisados ao pormenor, de modo a que o resultado espelhasse a situação real da Universidade dos Açores. Acrescentou que, do ponto de vista económico-financeiro, o ano de dois mil e onze foi, de facto, mais exigente e que, embora se tenha criado uma Unidade Económico-Financeira, este serviço tem carência de recursos humanos que consigam dar resposta em tempo útil às exigências atuais._____

_____O senhor Administrador esclareceu ainda que este ano foram detetadas algumas anomalias, que tiveram de ser verificadas ao pormenor, nomeadamente no que diz respeito aos reembolsos, explicando que, apesar de não haver dívida aos fornecedores, a dívida existe porque é necessário reembolsar quem efetuou antecipadamente o pagamento. Para além dos reembolsos, existem igualmente outras situações de faturas que não deram entrada nos serviços e que desconhecem, mas que são apresentadas pelos fornecedores como despesa da Universidade. Apesar de não ser considerada uma dívida da Universidade, porque não foi autorizada pelas instâncias superiores, no entanto há que verificar e identificar a despesa. Por fim, informou que o Tribunal de Contas autorizou o pedido de adiamento da submissão da entrega das contas._____

_____Embora tenha percebido os esclarecimentos dados, o doutor Mário Fortuna disse não aceitar que quem tinha poder para criar novas Pró-Reitorias, como foram criadas, não tivesse poder para reafectar recursos a uma tarefa tão importante como a de apresentar as contas dentro do prazo, acrescentado que, mesmo que as contas não estivessem fechadas, a Reitoria deveria entregar um relatório preliminar para poderem trabalhar, pois este Conselho não tem elementos para poder contribuir para a solução



dos problemas existentes na Universidade, nem pode tomar mais decisões para o futuro sem perceber o que se passou em relação ao passado. Por fim, chamou a atenção para a necessidade de se aprovar os orçamentos e executá-los tal como foram aprovados. Da mesma opinião se mostrou a doutora Gilberta Rocha, dizendo que teria sido importante trazerem documentos, mesmo que provisórios, para poderem dar o seu contributo, ao que o Presidente do Conselho Geral esclareceu que, ao ser confrontado com a proposta de trazerem documentos provisórios, falou com o Vice-Reitor, que lhe disse não haver viabilidade na apresentação das contas provisórias.

O Dr. Roberto Amaral mostrou-se preocupado não só com o facto de a Reitoria não ter apresentado as contas de dois mil e onze, mas, acima de tudo, com a situação atual da Universidade e com a situação do empréstimo. Se tivessem os documentos provisórios, referiu, poderiam não aprová-los, mas tinham a hipótese de se pronunciarem sobre os mesmos, tal como já se fez no passado. Aproveitou ainda para recordar a chamada de atenção que fez em reuniões anteriores, sugerindo que a Reitoria se reunisse com as unidades orgânicas.

Partilhando por inteiro destas preocupações, que, segundo afirmou, já se refletem em degradação a nível científico e de investigação da Universidade, o doutor Carlos Amaral mostrou um certo desagrado pelo facto de o Conselho Geral se estar a tornar num órgão irrelevante. Pelas responsabilidades que o Conselho Geral tem, acrescentou que não se solidariza com as políticas de inação que têm sido adotadas pela Universidade. Apesar de na última reunião ter sublinhado a preocupação pela ausência de política, verifica que se continua sem ter informações, sem ter políticas. Entende que a circunstância da Universidade é gravíssima, mas, dada a importância das matérias que estão em causa, que explica o agendamento da reunião para as 11.30 horas, não compreende como é que a Universidade não tem disponibilidade financeira para suportar as despesas de alojamento dos conselheiros que vêm de fora.

O estudante Luís Freitas procedeu à leitura de um documento onde propõe que a Universidade dos Açores passe a funcionar em regime de Fundação Pública, de forma a valorizar a investigação, facilitar a gestão económica e financeira de fundos e aumentar a competitividade para com outras instituições de ensino superior, tal como foi feito com outras Universidades do país. O Presidente esclareceu que a passagem do actual regime a regime fundacional é uma questão de grande complexidade e exigindo uma reflexão longa e ponderada, com incidência profunda no próprio estatuto, não havendo, naturalmente, condições para a sua abordagem. O documento ficará apenso à ata.

Concordando com a maior parte do que foi dito, o doutor Alfredo Borba realçou que o Conselho Geral é o órgão superior da casa, pelo que a Reitoria devia ter enviado as contas provisórias e um documento do Fiscal Único a justificar o porquê da não entrega das contas em tempo útil. Aproveitou ainda para fazer um alerta para as informações contraditórias que estão a ser dadas aos fornecedores.

O doutor Mário Gata mostrou-se solidário com o doutor Alfredo Borba, dizendo que, independentemente das dificuldades que a administração possa ter e dos



cortes verificados no financiamento das Universidades, é necessário apresentar as contas. _____

_____ O doutor Carlos Vouzela subscreveu as preocupações dos restantes conselheiros e questionou se a Universidade já havia desenvolvido diligências, no sentido de contactar a Presidência do Governo para saber da sua sensibilidade relativamente ao projeto Regional “Universidade dos Açores” e se dessa forma teria demonstrado disponibilidade para colaborar com o mesmo, concretamente no que diz respeito ao saneamento financeiro, à semelhança do que tem feito com clubes desportivos, ao que o Vice-Reitor respondeu que ainda não tinham sido mantidos contactos nesse sentido, simplesmente, até ao momento, tinham-se recebido os candidatos às eleições regionais, tendo os mesmos demonstrado a relevância da existência da Universidade dos Açores na Região, mas que nos programas eleitorais ainda nada existia, em concreto, relativamente à mesma. Dentro deste mesmo assunto, também foi questionado o Senhor Administrador, pelo doutor Carlos Vouzela, se o Governo Regional devia alguma verba à Universidade dos Açores, tendo sido referido que, neste momento, nada estava em dívida. _____

_____ Em relação à situação do empréstimo, o Presidente do Conselho Geral informou que tomou conhecimento, em conversa com o Magnífico Reitor, de que já havia um documento estabelecendo as condições contratuais. No entanto, há cerca de dois dias, falou com o Vice-Reitor, que informou que o documento tinha sido devolvido porque a Universidade não tinha condições para satisfazer o exigido. _____

_____ O Vice-Reitor esclareceu que, nos contactos mantidos com o Ministério, haviam decidido alterar o prazo para seis anos e que, mais tarde, receberam da Direção Geral do Tesouro uma proposta com uma simulação que incluía vinte prestações trimestrais, a uma taxa de juro de 5%, e não com os seis anos inicialmente propostos. Segundo lhe foi informado, a Direção Geral do Tesouro enviou o documento para a Secretaria de Estado do Tesouro, para despacho, tendo o mesmo sido remetido, com parecer favorável, para o Senhor Ministro das Finanças. Tendo em conta que as informações dadas não eram suficientemente claras e que havia uma série de contradições na proposta enviada à Universidade, informou que o Magnífico Reitor está a desenvolver esforços, no sentido de esclarecer qual a taxa de juros a aplicar e o total das prestações. Quanto às intervenções dos conselheiros, esclareceu que o Relatório e Contas já contem um conjunto de informações sobre os departamentos. No que diz respeito à investigação, informou que, por desconhcerem a produção científica que é feita nos departamentos, solicitaram às unidades orgânicas dados sobre a investigação que é feita em cada uma delas, tendo-se verificado uma taxa de resposta baixíssima, o que não permitiu reunir elementos suficientes para fazer um relatório sobre a investigação. Pelo facto, apelou para que se consiga obter esta informação no próximo ano. Relativamente a contas, informou que os elementos que possuíam não eram suficientes para serem discutidos e analisados. Lembrou que o grande problema dos cortes no financiamento tem a ver com o facto de a Universidade dos Açores continuar com os mesmos recursos humanos, que, em comparação com a receita, são em número superior e que a reestruturação dos recursos humanos poderá eventualmente dar origem



a reestruturação dos planos de estudos. Informou ainda que, a partir de setembro, não se pode assumir compromissos com docentes externos à Universidade, sem haver um contrato assinado, receando que muitas unidades orgânicas não tenham capacidade para assumirem compromissos desta natureza. Consequentemente, irá enviar informação para as unidades orgânicas, no sentido de alertar para que tudo seja cabimentado a partir de setembro, em termos de recursos humanos/carga letiva. _____

_____ Na segunda ronda de intervenções o doutor Carlos Amaral referiu que da Reitoria se espera liderança e não a solução dos problemas, tendo acrescentado que, se o diagnóstico está feito há muito tempo, a questão agora é saber o que fazer. Estranhando que se continue constantemente a debater de uma forma inconsequente, insurge-se pelo facto de, neste momento, haver investigação que não está a ser feita e docência que não está a ser dada, tendo-se mostrado igualmente preocupado com os relatórios que têm de ser enviados às entidades financiadoras. _____

_____ O doutor Mário Fortuna referiu que, apesar de existir muita informação que tem de ser retirada do sistema, é preciso não esquecer que uma grande parte da informação tem de ser fornecida pelas unidades orgânicas, acrescentando que a Lei dos Compromissos também deveria ser aplicada nos vencimentos. _____

_____ Segundo o Dr. Roberto Amaral, não compete à Reitoria resolver a situação, mas sim a todos, pois a Universidade dos Açores é hoje o resultado do que foi feito no passado e o fundamental não é a resolução do problema do passado, mas sim o problema do empréstimo e o problema de dois mil e doze, que já conta com um défice de setecentos e oitenta e dois mil euros, com projeção para o final do ano, ao qual ainda se vai ter de juntar o compromisso com o empréstimo. Pelo facto, alertou para a importância e necessidade urgente de se ter uma ideia de quando poderão ter acesso às contas de dois mil e onze, para serem aprovadas, ao que o Vice-Reitor respondeu que tal deverá acontecer durante o mês de junho, de acordo com o pedido feito ao Tribunal de Contas, tendo acrescentado que o dos Serviços de Ação Social já se encontra concluído. _____

_____ Os trabalhos foram interrompidos para almoço às treze horas e trinta minutos, tendo sido retomados pelas catorze horas e quarenta minutos. _____

_____ 3. O Presidente do Conselho Geral referiu que este ponto tem a ver com o orçamento rectificativo que já devia refletir as condições do empréstimo, mas que não estão reunidas as condições necessárias para serem analisadas e discutidas, atitude que foi contestada pelo doutor Mário Fortuna, por entender que estavam reunidas as condições para a apresentação de um orçamento rectificativo, uma vez que são razoavelmente conhecidos os pressupostos fundamentais para se poder fazer uma estimativa. Mau, afirmou, é que se adie, sistematicamente, a análise dos problemas. De seguida deu a palavra ao doutor Mário Gata, para fazer uma breve apresentação da sua proposta, que será discutida com maior profundidade na próxima reunião, aquando da discussão dos pressupostos orçamentais. _____

_____ O doutor Mário Gata explicou que a proposta apresentada foi elaborada com base na recolha de vários contributos, nomeadamente de elementos do Departamento de Matemática (doutoras Elisabete Freire e Margarida Dias), os quais foram incansáveis



no apoio à elaboração de simulações. Esclareceu que esta seria uma proposta a ser aplicada a todos os departamentos, independentemente da verba atribuída à Universidade pelo Orçamento de Estado, de modo a se conseguir uma visão total dos fluxos financeiros e das dotações a atribuir a cada um dos Departamentos da Universidade dos Açores. Questionado pelo doutor Carlos Amaral, sobre os princípios utilizados na proposta, respondeu que estes princípios estavam de acordo com os princípios designados pelo Ministério. _____

_____ Segundo o doutor Mário Fortuna, a lógica de financiamento por diferença de área científica faz sentido e a lógica dos alunos pesados nunca vai desaparecer porque é sempre a mesma. No entanto, sugere uma alternativa, em que a divisão é feita em duas etapas: i) repartir orçamento de estado pelas unidades orgânicas, em função do número de alunos; ii) contabilizar as trocas entre departamentos, em função das horas letivas/aluno efetivamente fornecidas. Nesta alternativa, a base teórica e do cálculo seriam os mesmos, ou seja, aluno/hora de serviço prestado, mas seria mais detalhada e mais minuciosa. _____

_____ Dada a natureza heterogénea do seu departamento, a doutora Gilberta Rocha referiu que apoiaria uma proposta que fornecesse informações o mais detalhado possível, com dados precisos, que permitissem uma análise mais cuidada sobre a situação do departamento, tendo o doutor Mário Gata informado que esta questão está feita, estando a faltar na previsão apenas a verificação de pequenos detalhes, como cadeiras que possam eventualmente estar repetidas. _____

_____ O doutor Carlos Amaral alertou para que, na próxima reunião, quando o assunto for discutido, não se inicie a discussão pela opinião, mas sim pelos princípios. _____

_____ 4. Considerando que a proposta n.º 1, apresentada pelo doutor Tomaz Dentinho, acerca da situação atual da Universidade e das contas apresentadas às unidades orgânicas, se resume num ponto que, de alguma forma, coincide com a proposta n.º 2, apresentada pelo doutor Alfredo Borba, o Presidente do Conselho Geral sugeriu que fosse discutida junto com o ponto 5. da agenda, uma vez que o conselheiro Tomaz Dentinho se encontrava ausente. _____

_____ 5. Dada a falta de orientação sentida por toda a comunidade académica em relação à situação atual da Universidade, o doutor Alfredo Borba apresentou uma proposta, que visa a entrega, por parte da Reitoria, de um Plano Estratégico e de um Plano de Ação a curto prazo, capaz de dar alguma perspetiva para o momento presente e para o futuro, e onde estejam indicadas as medidas estratégicas a serem aplicadas. Nesta proposta, também se pretende saber qual a estratégia da Reitoria em relação à investigação, de modo a evitar que os projetos continuem a fugir para a Fundação Gaspar Frutuoso. Em aditamento, o doutor Alfredo Borba acrescentou que, para um plano desta natureza, deveriam ser ouvidas não só as unidades orgânicas, mas também os docentes, os estudantes e os vários órgãos da casa. _____

_____ Sobre o assunto, o doutor Mário Fortuna recordou a recomendação feita na última reunião de preparação de um orçamento retificativo com a participação/envolvimento direto das unidades orgânicas, referindo que este exercício,



com os fundamentos que o devem enformar, responde, também às questões da proposta apresentada pelo doutor Tomaz Dentinho no ponto 4. _____

_____ Segundo a doutora Gilberta Rocha, a Reitoria não pode resolver a situação sozinha, há que contar com o apoio das unidades orgânicas. _____

_____ O doutor Carlos Amaral concordou com a proposta do doutor Alfredo Borba, acrescentando que a circunstância atual da Universidade é gravíssima, pelo que se justifica e é urgente um plano desta natureza. _____

_____ O Vice-Reitor esclareceu que o que está em causa é uma questão de se libertar fundos de uma determinada área para se poder satisfazer outra área e que as unidades orgânicas é que têm de dizer o que pretendem fazer. _____

_____ Estando a Universidade dos Açores numa situação de crise e existindo regras bem definidas, como a Lei dos Compromissos, o Dr. Roberto Amaral salientou que cada unidade orgânica já tem condições de organizar o seu 'plano de trabalho', dentro das suas limitações orçamentais e que se não houver coordenação com as unidades orgânicas, a situação não se resolve. _____

_____ O estudante Luis Freitas pediu que tivessem em conta o documento que apresentou e que dessem uma opinião formal sobre as propostas, ao que o Presidente do Conselho Geral informou que o conselheiro apresentara um numeroso conjunto de propostas no decorrer da reunião e que no último ponto da agenda se veria quais a que poderiam ser tratadas. _____

_____ Em relação à questão da investigação, o doutor Carlos Vouzela considerou injusto o facto de alguns docentes estarem a ser beneficiados na sua investigação, por terem os seus projetos na Fundação Gaspar Frutuoso, enquanto outros não conseguem fazer investigação porque os seus projetos estão na Universidade. _____

_____ Considerando que o que foi solicitado está de acordo com o que foi discutido na reunião, e que a Reitoria deverá submeter na próxima reunião uma metodologia de solução, em coordenação com as unidades orgânicas, dentro das condicionantes levantadas, o Presidente do Conselho Geral procedeu de imediato à votação, tendo a proposta sido aprovada com oito votos a favor, dois votos contra e duas abstenções. _____

_____ A doutora Gilberta Rocha justificou o seu voto contra, dizendo que não se revê nos termos desta proposta. _____

_____ 6. Em aditamento à sua proposta, o doutor Mário Fortuna fez alguns reparos em relação às contas apresentadas pela Reitoria, mostrando-se estupefacto com os valores da execução orçamental apresentados, na medida em que verificou que todos os casos em que existem (aparentemente) saldos anteriores da gestão das unidades orgânicas na área do ensino, são creditados os saldos para serem imediatamente anulados, ficando o orçamento sem reflexo destas verbas, contrariamente à deliberação do Conselho de Gestão, em que integra os saldos de projetos de ensino nos orçamentos de cada unidade orgânica, tendo salientado que o processo orçamental terá de contemplar uma rubrica de saldos transitados, positivos ou negativos, para controlo. Questionando não só a legitimidade da decisão tomada pelo Conselho de Gestão, por se tratar de matéria da competência do Conselho Geral, mas também o método utilizado para, supostamente, contemplar estes saldos, recordou que a execução do orçamento



deve ser feita em função das rubricas e dos critérios aprovados em Conselho Geral e que o Conselho Geral tem de tomar posição sobre estas matérias porque está, claramente, a ser ultrapassado nas suas competências, com procedimentos que em nada contribuem para o equilíbrio da instituição. Por fim, sugeriu que houvesse uniformidade na informação que circula e que todas as unidades orgânicas tivessem conhecimento do que se passa com as restantes unidades orgânicas. _____

_____ Na sequência da sugestão apresentada pelo doutor Mário Fortuna, o senhor Administrador informou que passarão a enviar às unidades orgânicas um documento único, onde constam as informações de todas as unidades orgânicas, o que facilitará o serviço da Administração. _____

_____ 7. O doutor Mário Fortuna apresentou a sua proposta de distribuição de fundos disponíveis, explicando qual o objetivo da mesma. Referiu que esta proposta considera os saldos dos anos anteriores, como reflexo da gestão das unidades orgânicas e serviços. A proposta baseia-se na regra de emergência utilizada e introduz alguns elementos adicionais, que refletem não só o critério de gestão do ano anterior, como também o contributo líquido de cada unidade orgânica. _____

_____ Considerando exequível a proposta apresentada, o Vice-Reitor salientou, no entanto, que a regra anterior era uma regra de emergência, que necessitava de um certo aperfeiçoamento, tendo acrescentado que, do ponto de vista de execução, esta proposta pode levantar algumas dificuldades à Reitoria, e que, do ponto de vista do texto, seria importante que a fórmula fosse clara. _____

_____ A doutora Gilberta Rocha solicitou alguns esclarecimentos em relação ao n.º 6, tendo sugerido que se indicasse apenas uma determinada margem, sem especificar o valor da percentagem. _____

_____ Havendo consenso, e sendo considerada exequível do ponto de vista administrativo, a proposta foi levada a votação, tendo sido aprovada com nove votos a favor e três abstenções. _____

_____ 8. O doutor Alfredo Borba começou por fazer uma exposição, em que lembrava que a obra tinha sido inaugurada há cerca de um ano e que a Universidade ainda não tinha pago nenhuma fatura da mesma, embora houvesse dinheiro no PROCONVERGÊNCIA. Chamou, também, a atenção para a imagem que estava a passar junto do empreiteiro, que lhe disse que a Universidade ainda não tinha pago, tendo iniciado um concurso sem ter cabimentação para a despesa. _____

_____ Sobre o assunto, o Vice-Reitor informou que já estão a juntar faturas para se tentar recuperar os 15%, tendo o senhor Administrador acrescentado que a reprogramação já foi pensada na anterior Reitoria. No entanto, não se pode apresentar um determinado valor, pois, segundo a DRCT, a candidatura tem de ter uma lógica num todo. A única satisfação que foi dada à empresa foi que a Universidade tinha dificuldades de Tesouraria. _____

_____ 9. Na sequência da recomendação do CRUP, em alterar o montante das propinas para o ano letivo dois mil e doze/dois mil e treze, para auxiliar os alunos mais carenciados, e da análise dos documentos produzidos pelo Conselho de Gestão, o



Presidente do Conselho Geral abriu um período de debate, tendo os conselheiros defendido as seguintes posições: _____

_____A doutora Gilberta Rocha mostrou-se totalmente contrária ao aumento das propinas, dizendo que, apesar de a situação ser de crise da Universidade, há que ter em conta que os alunos também não têm dinheiro e que não se deve usar como subterfúgio o apoio aos alunos carenciados. _____

_____O doutor Mário Fortuna mostrou-se liminarmente contra o aumento das propinas, salientando igualmente que não são os alunos que têm a responsabilidade de resolverem a situação da Universidade, em grande parte gerada fora das atividades de ensino, nem se pode alegar que será para beneficiar os alunos carenciados. Considerou que a perda de receita poderia, nas circunstâncias atuais, ser superior aos valores angariados com a propina mais elevada. Sublinhou que considera totalmente injusto e imprudente o aumento das propinas, tanto mais que não está ainda equacionada uma solução para as despesas excessivas da Universidade, face à disponibilidade das entidades financiadoras. Considerou, finalmente, que os ajustamentos estruturais devem preceder qualquer nova política de propinas. _____

_____O doutor Alfredo Borba partilhou da mesma opinião, dizendo que é preciso não esquecer que neste momento já existem problemas de cobrança de propinas e que, mais uma vez, a classe média é que teria de pagar pelos outros. _____

_____O doutor Carlos Amaral mostrou-se igualmente contra o aumento das propinas, devido à situação presente, em que as famílias sentem enormes dificuldades, sugerindo que seja feita uma recomendação às unidades orgânicas, no sentido de procederem a uma diminuição no montante das suas propinas de mestrado, pois são as unidades orgânicas que melhores condições reúnem para proporem os valores das suas propinas, não se devendo, no entanto, cobrar uma propina superior à que se cobra nas licenciaturas, em particular nas áreas das ciências humanas. _____

_____Sobre o assunto, o estudante Luis Freitas remeteu a sua posição para o documento que apresentou, que se encontra apenso à ata, onde se reflete o descontentamento geral dos estudantes. _____

_____Em relação às propinas de mestrado, o doutor Alfredo Borba apontou para a necessidade de se rever o método de pagamento das propinas de mestrado, para se evitar que fiquem sem alunos, pois se não alterarem o método, muitos alunos deixarão de se inscrever em mestrado. _____

_____O doutor Mário Gata propôs que o voto fosse acompanhado de uma justificação, explicando o porquê de dizerem que não ao aumento das propinas, de modo a que a posição da Universidade respeite as orientações do Ministério. _____

_____O Dr. Roberto Amaral afirmou que, em circunstâncias normais, não é contra o aumento das propinas, mas na situação atual não concorda, pois já existe dificuldade em cobrar as que agora vigoram. _____

_____Antes de se proceder à votação, o Vice-Reitor mostrou a sua preocupação em relação à questão do Ministério, dizendo que o contra argumento tem de ficar muito claro, para que não traga consequências negativas, tendo acrescentado que, apesar de não ter uma opinião muito segura sobre o assunto, crê que, com esta justificação, a



recomendação do CRUP tem por finalidade evitar que alguns estudantes venham a abandonar o ensino, pelas dificuldades verificadas. _____

_____ Tendo em conta a atual situação económica do país, a situação das famílias e das pessoas que, de forma independente, estudam na Universidade dos Açores, o Conselho Geral recusou a proposta de aumento das propinas, com onze votos contra e uma abstenção. _____

_____ 10. Aproveitando o período de intervenções destinado a outros assuntos, o Presidente do Conselho Geral deu a conhecer aos membros presentes as várias propostas entregues pelo conselheiro Luís Freitas, cujas cópias se encontram apenas à ata, informando que, por não terem sido apresentadas com a devida antecedência, as referidas propostas não poderão ser discutidas, sendo que algumas delas se revelam desadequadas. Aproveitou ainda para informar que o conselheiro Jorge Ferreira se encontra pela última vez no Conselho, por já ter terminado o curso, desejando-lhe, em nome do Conselho Geral, as maiores felicidades pessoais e o maior sucesso na sua vida profissional. _____

_____ Estranhando o facto de o Conselho Geral não ter tido conhecimento formal dos problemas de saúde do Magnífico Reitor, o doutor Carlos Amaral propôs que o Conselho lhe apresentasse votos de rápidas melhoras, para que possa voltar a assumir as funções para que foi eleito. _____

_____ Em relação à data para a realização da próxima reunião, o Presidente do Conselho Geral informou que a mesma deverá ter lugar no período entre dezoito e vinte e dois de junho, em dia a confirmar posteriormente. Sendo responsabilidade do Conselho de Gestão fixar, até quinze de junho, o conjunto de regras para a execução do próximo Orçamento, acrescentou que a próxima reunião deveria destinar-se não só à apreciação do Relatório e Contas de dois mil e onze, mas também ao orçamento rectificativo e à discussão dos pressupostos orçamentais para 2013. _____

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: